

## Desigualdade Social

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

A desigualdade social é a diferença existente entre as classes sociais, ou castas dominantes e as classes sociais ou castas dominadas. Ao longo dos tempos, os sistemas econômicos e políticos das cidades foram criando mecanismos de distinção entre as pessoas. Nas chamadas sociedades estratificadas, esses mecanismos são as divisões de castas, como os nobres na Europa feudal e as castas indianas, predominantes como sistema de distinção até o século XX. Nessas sociedades a possibilidade de mobilidade social (sair de uma casta inferior e passar para uma superior) é nula ou quase nula, sendo que a origem familiar determina a casta. O republicanismo e o capitalismo criaram outro sistema de distinção baseado na capacidade de acúmulo de capital. Esse sistema tem uma possibilidade maior de mobilidade, mas alimenta-se ferozmente da desigualdade social, que é uma barreira para o pleno desenvolvimento das sociedades capitalistas contemporâneas. Leia mais: Neoliberalismo: modelo econômico que prega menor participação estatal na economia Breve histórico sobre a desigualdade social no mundo

A desigualdade social não é um fenômeno novo, mas as formas mais avançadas do capitalismo (industrial e financeiro) resultaram numa intensificação dela no mundo a partir do século XIX. Outro fenômeno que a intensificou foi o colonialismo europeu sobre os países do Hemisfério Sul. A colonização europeia — sobretudo sobre as Américas Central e do Sul, sobre a África e sobre partes da Ásia — foi movida pelo interesse na exploração de recursos naturais. A retirada desses recursos desses locais, a exploração da mão de obra escrava ou de baixo custo e a ida de colonos para os territórios colonizados geraram um sistema desigual que perdura até hoje. Portanto, os dados sobre a desigualdade social no mundo demonstram a existência de um verdadeiro abismo entre a minoria mais rica e a maioria mais pobre, sendo que os países mais pobres (com exceção dos Estados Unidos, que não é campeão em desigualdade, mas possui altos índices levando-se em conta o seu PIB) são campeões nos rankings sobre a desigualdade social. Como é medida a desigualdade social? Existe um padrão de medida criado pelo matemático e estatístico italiano Conrado Gini, chamado coeficiente de Gini (ou índice de Gini), que mede a desigualdade em um determinado local e é comumente utilizado para medir a desigualdade de renda. O índice de Gini é expresso por um número que varia de zero a um, sendo zero o marco da ausência de desigualdade de renda, enquanto o numeral um representa o máximo possível dela. Veja também: IDH: índice que permite comparar a qualidade de vida entre os países

Dados sobre a desigualdade social no mundo

No levantamento exposto pela revista Desafios do Desenvolvimento, mantida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)[1], em 2004, Hungria, Japão e Dinamarca eram os países com menores taxas de desigualdade social, tendo índice de Gini de 0,244, 0,247 e 0,249, respectivamente. Os Estados Unidos ocupavam o 76º lugar no ranking, com índice de 0,408, enquanto o Brasil ocupava o 120º lugar, com o índice marcado em 0,591. O último país dos 127 ranqueados no estudo foi a Namíbia, com índice em 0,707. Além do coeficiente de Gini, temos dados de pesquisas variadas que mostram a alta desigualdade social no mundo. Segundo matéria publicada no periódico El País em 17 de outubro de 2015[2], 1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta. Na mesma matéria há uma pirâmide de renda demonstrando que 0,7% da população mundial possui renda de mais de um milhão de dólares mensais, 7,4% possuem renda entre 100 mil e um milhão, 21% possuem renda entre 10 mil e 100 mil dólares, e 71% possuem renda menor que 10 mil dólares mensais. O maior problema é que grande parte desses 71% mais pobres do planeta possui rendas extremamente baixas ou está abaixo da linha da pobreza, tendo dificuldades para manter alimentação e moradia dignas.

Desigualdade social no Brasil

O Brasil encontra-se na faixa dos países com alto índice de desigualdade social. Entre os chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China, países com elevado índice de crescimento econômico e potencialidade de crescimento para as próximas décadas), o Brasil é o país com maior

desigualdade social. Enquanto Índia, China e Rússia ocupam, respectivamente, 34º, 90º e 93º lugares, o Brasil está em 120º no ranking de 127 países feito pelo Ipea, em 2004, sob a medição do coeficiente de Gini. Dados expostos em matéria do periódico online G1 mostram que, em 2017, o Brasil foi classificado como o 10º país com maior desigualdade social em um ranking de 140 países. A pesquisa apresentada na matéria foi coordenada pelo ex-diretor do Ipea e professor da **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**. A matéria aponta que dados levantados pela Oxfam (uma confederação internacional com mais de 3000 membros que estuda e luta contra a pobreza no mundo) mostram que os seis maiores bilionários brasileiros concentram, juntos, a riqueza da metade da população brasileira. Isso significa que, em um país com aproximadamente 210 milhões de habitantes, seis deles possuem a riqueza equivalente a de outros 105 milhões. O Brasil é o país que mais concentra riqueza entre o 1% mais rico na América Latina, tendo seu coeficiente de Gini mais baixo entre os países latino americanos, ficando atrás apenas de Colômbia e Honduras. Acesse também: IDH do Brasil: valor atual e seu significado prático Como acabar com a desigualdade social? Ao longo da história contemporânea, a preocupação com a desigualdade social começou a surgir, dando lugar a teorias que visavam reduzir ou eliminar as diferenças econômicas entre ricos e pobres. Assim tiveram origens os ideais socialistas, que visavam uma forma de organização estatal capaz de promover a igualdade econômica. As primeiras formas de socialismo, hoje chamadas de socialismo utópico, não expressaram qualquer indício de prática. O socialismo científico foi a forma mais desenvolvida de economia socialista proposta no século XIX pelo filósofo, sociólogo e economista alemão Karl Marx e pelo economista e escritor alemão Friedrich Engels. Existe também a perspectiva anarquista, embasada principalmente nos estudos do filósofo, sociólogo e economista francês Pierre-Joseph Proudhon e do filósofo e teórico político russo Mikhail Bakunin. Segundo a teoria anarquista, o Estado deve ser abolido completamente e, junto a ele, abole-se o capitalismo. As entidades estatais seriam substituídas por sistemas de assembleias e pela autogestão popular para a tomada de decisões políticas. A economia capitalista daria lugar ao sistema de cooperativismo. Outras perspectivas ganharam destaque no século XX e ainda se mantêm no século XXI. Trata-se do conjunto de ideias chamado de reformismo — são perspectivas políticas que colhem elementos socialistas e capitalistas, visando manter a economia regida pelo sistema capitalista, mas com ideias de redução da desigualdade social e de redistribuição de renda via atuação estatal. Uma dessas perspectivas é a social-democracia, sistema político econômico adotado em países europeus, como Noruega, Finlândia e Suécia. Desigualdade social para Karl Marx Marx e Engels fundaram uma teoria baseada na abolição do capitalismo com o aparelhamento do Estado em favor do proletariado e na estatização de toda a propriedade privada. Para Marx havia uma absurda exploração da classe trabalhadora (o proletariado) por parte da classe dominante (a burguesia, ou seja, os donos dos meios de produção). A teoria marxista foi classificada como socialismo científico por apresentar, pela primeira vez, uma base de estudos para justificar e amparar o pensamento socialista. No século XX, várias tentativas de implantação do socialismo de viés marxista foram postas em prática, porém críticos apontam o fracasso delas por não acabarem com a desigualdade (em alguns casos até acirrará-la pela corrupção) ou por criarem situações de extrema miséria. No entanto outros críticos rebatem essas visões alegando que as experiências socialistas iniciadas no século XX desviaram-se dos ideais marxistas. Podemos elencar, como os maiores exemplos de experiências de socialismo com embasamento marxista os casos da União Soviética, da China e de Cuba.



